



LEI Nº 247

De 14 de novembro de 1986.

"Dispõe sobre o Regime Jurídico dos funcionários e servidores públicos do Município de Ibitiúra de Minas".

A Câmara Municipal de Ibitiúra de Minas, por seus Vereadores, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

**TÍTULO I
CAPÍTULO ÚNICO
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Funcionários e Servidores Públicos do Município de Ibitiúra de Minas, sendo este de natureza Estatutária ou Celetista.

Art. 2º. Para os efeitos desta lei, funcionário público é a pessoa legalmente investida em cargo público e, entende-se por servidores aqueles contratados para outros serviços municipais estipulados na Lei meios municipais.

Art. 3º. Cargo público é o conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades cometidas a uma pessoa.

Parágrafo único. Os cargos públicos, serão criados por lei, com denominação própria, número certo, atribuições específicas e corresponderão valores determinados, ou por representação simbólica e pagos pelo município.

Art. 4º. Os cargos podem ser providos em caráter efetivos, em comissão ou contratação.

Art. 5º. Os cargos públicos são considerados de carreira ou isolados.

§ 1º. São de carreira os que se integram em classes e correspondem à profissão ou atividade com denominação própria.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

§ 2º. São isolados os que não se podem integrar em classes e correspondem a certa e determinada função.

§ 3º. Os cargos de carreira são de provimento efetivo, os isolados são de provimento efetivo ou em comissão, segundo o que for determinado por lei.

Art. 6º. Classe é o agrupamento de cargos de atribuições da mesma natureza, de denominação idêntica e semelhante quanto ao nível de vencimento e grau de dificuldade em responsabilidade das atribuições.

Parágrafo único – As classes são singulares ou estão dispostas em série.

Art. 7º. Série ou classes é o conjunto de classes da mesma natureza ou trabalho dispostas hierarquicamente de acordo com a dificuldade das tarefas e o nível de responsabilidade, e constitui a linha natural de promoção do funcionário.

§ 1º. As classes de uma série de classes identificadas por algarismos romanos, na ordem ascendente, a partir de I, que caberá à inicial.

§ 2º. Até que sejam especificadas em regulamento, as tarefas de cada classe nos termos do artigo, uma classe se distinguirá de outra, apenas, pelo nível de vencimento.

Art. 8º. As características de cada classe serão especificadas em regulamento e compreenderão: denominação, código, descrição sintético das atribuições e responsabilidades; exemplos típicos de tarefas, características especiais, as qualificações exigidas para proveniente e as linhas de promoção.

Art. 9º. Grupo ocupacional é a reunião de classes isoladas ou em séries.

Art. 10º. Quadro é o conjunto de grupos ocupacionais e cargos isolados.

Art. 11. Somente serão cometidos aos funcionários encargos ou serviços diversos de sua classe ou grupo, digo, de comum acordo com o mesmo.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Art. 12. Não haverá equivalência entre diferentes carreiras, nem entre cargos isolados ou funções gratificadas.

TÍTULO II DO PROVIMENTO E DA VACÂNCIA

CAPÍTULO I DO PROVIMENTO

Art. 13. Os cargos públicos serão providos:

- I.** Nomeação;
- II.** Contratação;
- III.** Promoção;
- IV.** Reintegração;
- V.** Aproveitamento;
- VI.** Reversão;
- VII.** Transferência.

Art. 14. Só poderá ser investido em cargo público, quem satisfazer os seguintes requisitos;

- I.** Ser brasileiro ou naturalizado;
- II.** Ter completado 18 (dezoito) anos de idade;
- III.** Estar em gozo dos direitos políticos;
- IV.** Estar quite com as obrigações militares;
- V.** Gozar de boa saúde, comprovada em prévio exame médico;
- VI.** Habilitar-se previamente em concurso público, salvo quanto aos cargos em comissão ou contratação;
- VII.** Ter atendido às condições especiais, inclusive, quanto à idade prevista no respectivo edital de concurso;
- VIII.** Ter boa conduta.

Parágrafo único. As condições dos itens I, II e VI dizem respeito à primeira investidura.

Art. 15. Compete ao Prefeito prover, por decreto, os cargos do Poder Executivo (Lei Complementar nº 03 de 28/12/72, Art. 163, item II)



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

e ao Presidente da Câmara, por decreto, os do Poder Legislativo (Art. 55, item XIII, da Lei Complementar nº 03, de 28/12/72).

Parágrafo único. O decreto de provimento conterà:

- I. A denominação do cargo vago e o motivo da vacância;
- II. O fundamento legal, bem como a indicação do padrão de vencimento;
- III. O caráter de investidura.

Seção I Da Nomeação

Art. 16. A nomeação será feita:

- I.** Em caráter efetivo, para o cargo de provimento efetivo de classe isolada ou inicial de série de classe ;
- II.** Em comissão, quando se tratar de cargo de direção, chefia ou assessoramento e, outros que, em virtude de lei, assim devam ser providos;
- III.** Em substituição, no impedimento temporário do ocupante do cargo em comissão.

Parágrafo único. O provimento do cargo em comissão, que é cargo sempre isolado, será em caráter transitório.

Seção II Da Contratação

Art. 17. O ato de contratação será regido de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo único. Os direitos e deveres de contratado serão regidos pela consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Seção III Do Concurso

Art. 18. Os cargos públicos municipais serão acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos de lei.

Art. 19. A primeira investidura nos cargos efetivos, depende de previa habilitação em concurso público de provas, ou provas e títulos, vedada quaisquer vantagens entre os concorrentes.

Parágrafo único. Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração.

Art. 20. As normas gerais para a realização de concursos e para convocação e indicação dos candidatos serão estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único. Além das normas gerais, os concursos serão regidos por instruções especiais, que deverão ser expedidos pelo órgão competente, com ampla publicidade.

Art. 21. Poderá inscrever-se em concurso quem tiver o mínimo de 18 (dezoito) anos e satisfazer os requisitos disciplinares do Art. 14 (quatorze) deste Estatuto.

Art. 22. Sem prejuízo de outras exigências regulamentares, observar-se-ão as seguintes normas na realização de concursos:

I. As provas poderão ser escritas, praticas ou prático-orais;

II. Os concursos terão validade por 4 (quatro) anos, a contar de sua homologação;

III. O edital conterà as exigências ou condições, de modo que o candidato comprove a viabilidade de sua participação;

IV. Garantia ampla de defesa dos candidatos, quando da homologação das inscrições, publicação do resultado, homologação do concurso ou nomeação dos aprovados.

Art. 23. A nomeação, em consequência de concurso, dar-se-á em ordem rigorosa de classificação dos candidatos aprovados.

Parágrafo único. Somente se dará novo concurso:



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

- inciso II do Art. 22;
- I.** Ultrapassado o período de validade previsto no
 - II.** Quando não houver mais candidato aprovado em concurso anterior;
 - III.** Quando se der a criação, por lei, de cargo de provimento efetivo.

Seção IV Da Posse

Art. 24. A posse é o ato de investir o cidadão em cargo público.

Parágrafo único. Não haverá posse nos casos de contratação, promoção, remoção, reintegração e designação para o desempenho de função gratificada.

Art. 25. São competentes para dar posse:

- I.** O Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal;
- II.** As autoridades responsáveis pela atividade de pessoal da Prefeitura e da Câmara Municipal.

Art. 26. A posse verificar-se-á mediante a lavratura de um termo que, assinado pela autoridade que der a posse e pelo funcionário, será arquivada no órgão de pessoal da respectiva repartição, depois dos competentes registros.

Parágrafo único. O funcionário prestará, no ato da posse, o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo ou função.

Art. 27. A autoridade que der posse deverá verificar, sob pena de ser pessoalmente responsabilizada, se foram satisfeitas as condições estabelecidas no Art. 14 (quatorze) e as especiais, fixadas em lei ou regulamento, para a investidura no cargo ou na função.

Art. 28. A posse deverá verificar-se no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data da publicação do decreto.



§ 1º. Esse prazo poderá ser prorrogado por outros 30 (trinta) dias, mediante solicitação escrita e fundamentada do interesse e despacho da autoridade competente para dar posse.

§ 2º. Se a posse não se der dentro do prazo estabelecido no "caput" deste artigo ou no da prorrogação, será tornado sem efeito, por decreto a nomeação.

Seção V Da Fiança

Art. 29. O funcionário investido no cargo, cujo provimento dependa de fiança, não poderá entrar em exercício, sem previa satisfação dessa exigência.

§ 1º. Será exigida sempre fiança do funcionário que tenha bens, dinheiro ou valores públicos, sob sua guarda ou responsabilidade.

§ 2º. A fiança poderá ser prestada:

- I. Em dinheiro;
- II. Em títulos da dívida pública;
- III. Em apólices de seguro de fidelidade funcional, emitidos por instituto oficial ou empresas legalmente autorizadas.

§ 3º. Não se admitirá o levantamento da fiança, antes de tomadas os contas do funcionário.

§ 4º. O funcionário responsável pelo acame ou desvios de bens, dinheiro ou valores públicos, não ficará isento de responsabilidade administrativa (e criminal) ainda que o valor da fiança cubra os prejuízos verificados.

Seção VI Do Estágio Probatório

Art. 30. Estágio Probatório é o período de 1 (um) ano de exercício do funcionário nomeado por concurso para o cargo efetivo, destinado a apurar as qualidades e aptidões do servidor para o cargo, julgando a conveniência de sua permanência no serviço.

Parágrafo único. São requisitos a se apurar durante o estágio:



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

- I.** Idoneidade moral;
- II.** Assiduidade;
- III.** Pontualidade;
- IV.** Eficiência;
- V.** Disciplina.

Art. 31. A apuração dos requisitos será feita pelo órgão de pessoal, pela autoridade do setor onde estiver o funcionário lotado ou outra autoridade diretamente ligada ao servidor.

§ 1º. Sendo o parecer contrário à permanência do funcionário no cargo dar-se-á visto ao interessado pelo prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º. Sendo favorável o parecer, fica automaticamente ratificado o ato de nomeação.

§ 3º. A apuração dos requisitos de que trata o Art. 30, processar-se-á de modo que a exoneração do funcionário possa ser concretizada antes que se completem 1 (um) ano de estágio.

Seção VII Do Exercício

Art. 32. O exercício é o desempenho dos deveres e atribuições do cargo ou função.

Parágrafo único. O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionário, pelo órgão de pessoal.

Art. 33. O exercício do cargo ou função terá início dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados:

- I.** Da data da publicação oficial do ato, nos casos de promoção, remoção, reintegração e designação para função gratificada;
- II.** Da data da posse ou contratação, nos demais casos.

§ 1º. Os prazos previstos neste artigo poderão ser prorrogados, por solicitação escrita do interessado e a juízo da autoridade competente, desde que a prorrogação não exceda a 30 (trinta) dias.



§ 2º. No caso de remoção e transferência, o prazo inicial para o funcionamento diz-se, para o funcionário em férias ou licenciado, exceto o caso de licença para tratar de interesses particulares, será contado da data em que voltar ao serviço.

Art. 34. O funcionário só terá exercício no órgão em que for lotado.

Parágrafo único. Atendido sempre a conveniência do serviço, o Prefeito poderá alterar a lotação do funcionário, "ex officio" ou a pedido, ouvido a autoridade a que estiver subordinado o funcionário.

Art. 35. Nenhum funcionário ou servidor poderá ausentar-se do município, para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem ônus para os cofres públicos, sem autorização ou designação expressa do Prefeito.

Art. 36. O funcionário ou servidor designado para estudo ou aperfeiçoamento fora do município, com ônus para os cofres municipais, ficará obrigado a prestar serviços ao município, pelo menos por mais de 2 (dois) anos.

Parágrafo único. Não cumprida essa obrigação indenizará aos cofres públicos da importância despendida pelo município com o custeio da viagem de estudo ou aperfeiçoamento.

Art. 37. Nenhum funcionário ou servidor poderá ser colocado com ônus para o município, à disposição de outras Unidades da Federação, nem do Estado, nem de outro município, nem de entidades da administração indireta, salvo para prestação de serviços decorrentes de convênio se na hipótese do art. 242, da Constituição Estadual.

Art. 38. O funcionário ou servidor preso por crime comum ou denunciado por crime funcional ou trabalhista, ou, ainda, condenado por crime inafiançável em processo no qual haja pronúncia, será afastado do exercício até decisão final passada em julgado.

§ 1º. Nos casos previstos neste artigo, o funcionário ou servidor perderá durante o tempo do afastamento, um terço do vencimento, com direito à diferença se absolvido.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

§ 2º. No caso de condenação, e se esta não for de natureza que determine a demissão, será o funcionário ou servidor afastado, na forma deste artigo, a partir da decisão definitiva até o cumprimento total da pena, com direito, apenas, a um terço do vencimento.

Seção VIII Da Promoção

Art. 39. A promoção consiste na elevação de funcionário efetivo, pelo critério de merecimento ou de antiguidade, ao cargo ou nível imediatamente superior, à razão de 2/3 (dois terços) por antiguidade e 1/3 (um terço) por merecimento.

Art. 40. O funcionário promovido reiniciará a contagem de tempo na classe superior, para efeito de nova promoção.

Parágrafo único. É de 730 (setecentos e trinta) dias de efetivo exercício na classe, o interstício mínimo para concorrer à promoção.

Art. 41. O Prefeito constituirá a Comissão de Promoção que se reunirá sempre que necessário, para preparar as listas de promoção, quando houver cargos que assim devam ser providos.

§1º. Nas promoções por merecimento, a comissão organizará uma lista de funcionários habilitados, por ordem de classificação obtida nas provas e no boletim de merecimento.

§ 2º. Divulgadas as listas de classificação, o funcionário que se julgar prejudicado, poderá recorrer ao Prefeito no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º. As listas de promoção terão validade por 1 (um) ano, contados de sua divulgação oficial.

§ 4º. Para todos os efeitos, será considerado promovido o funcionário que vier a morrer, sem que tenha sido decretado, no prazo legal, a promoção que lhe cabia por antiguidade.

Art. 42. Declarado sem efeito a promoção será expedido novo decreto em benefício de quem tinha direito.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

§ 1º. O funcionário que tenha sua promoção decretada indevidamente, não ficará obrigado a restituir o que em decorrência tiver recebido, salvo se tiver concorrido para sua obtenção, por meios ilícitos.

§ 2º. O funcionário a quem cabia a promoção, será indenizado da diferença de vencimentos a que tiver direito.

§ 3º. O Boletim de Merecimento apurará:

- I. Assiduidade;
- II. Pontualidade;
- III. Disciplina;
- IV. Eficiência;
- V. Iniciativa;
- VI. Aptidão;
- VII. Punições;
- VIII. Cursos de treinamentos relacionados com o cargo ocupado ou que ocupar.

§ 4º. A eficiência será apurada também, através de provas, equivalentes a 50% do valor dos pontos.

Art. 43. Ocorrendo empate na classificação por merecimento, terão preferência sucessivamente os seguintes elementos:

- I. O que tiver maior numero de pontos nas provas;
- II. Títulos e comprovantes de conclusão ou freqüência, em cursos, seminários ou simpósios, desde que relacionados com a função exercida ou a exercer;
- III. O de maior prole;
- IV. O mais idoso.

Art. 44. A antiguidade corresponderá ao tempo de efetivo exercício no cargo computado em dias.

§ 1º. Ocorrendo empate, determinarão preferência, sucessivamente, os seguintes elementos:

- I. Maior tempo de serviço municipal;
- II. Maior tempo de serviço público;
- III. Maior prole;
- IV. O mais idoso.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

§ 2º. Não serão considerados, para os efeitos do parágrafo anterior, os filhos maiores ou os que exerçam qualquer atividade remunerada.

§ 3º. Havendo transformação de cargos, a antiguidade abrangerá o efetivo exercício no cargo anterior.

Seção IX Da Reintegração

Art. 45. A reintegração, que decorrerá de decisão administrativa ou sentença judicial passada em julgado, é o ato pelo qual o funcionário demitido reingressa no serviço público, com ressarcimento dos prejuízos decorrentes do afastamento.

§ 1º. A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado; se estiver sido transformado, no cargo resultante da transformação e, se extinto, em cargo de vencimento e funções equivalentes, atendido a habilitação profissional.

§ 2º. Não sendo possível fazer a reintegração pela forma prevista no artigo anterior, será o ex-funcionário posto em disponibilidade no cargo que exercia, com provento igual ao vencimento.

§ 3º. O funcionário que estiver ocupando o cargo abjeto de reintegração será exonerado, ou se ocupava outro cargo municipal, a este reconduzido, sem direito a indenização.

§ 4º. O funcionário reintegrado será submetido à inspeção médica, verificada a incapacidade, será aposentado no cargo que houver sido reintegrado.

Seção X Do Aproveitamento

Art. 46. O aproveitamento é reingresso no exercício de cargo público, de funcionário em disponibilidade.

§ 1º. O aproveitamento dependerá de comprovação da capacidade física e mental.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

§ 2º. O aproveitamento do funcionário será obrigatório quando:

- I. For restabelecido o cargo de cuja extinção decorreu a disponibilidade;
- II. Quando houver necessidade de prover o cargo, anteriormente declarado desnecessário;
- III. Quando for criado cargo equivalente ao extinto ou declarado desnecessário.

Art. 47. Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência, sucessivamente, o de maior tempo em disponibilidade e o de maior tempo de serviço público.

Art. 48. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade, se o funcionário não tomar posse no prazo legal, salvo nos casos de doença comprovada em inspeção médica.

Parágrafo único. Provada a incapacidade definitiva, será o funcionário aposentado.

Seção XI Da Reversão

Art. 49. Reversão é o ato pelo qual o aposentado reingressa no serviços público, após verificação em processo, de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria.

§ 1º. A reversão far-se-á a pedido ou "ex officio".

§ 2º. O aposentado não poderá reverter à atividade se contar mais de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.

§ 3º. Em nenhum caso poderá efetuar-se a reversão sem que, mediante inspeção médica, fique provada a capacidade para o exercício da função.

§ 4º. Será cassada aposentadoria do funcionário que reverter e não tomar posse e entrar em exercício dentro dos prazos legais, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Art. 50. Respeitada a habilitação profissional a reversão será feita, de preferência, no cargo anteriormente ocupado pelo aposentado ou em outro de atribuições análogas.

§ 1º. A reversão de "ex officio" não poderá verificar-se no cargo de vencimento inferior ao provento da inatividade.

§ 2º. A reversão, a pedido, somente poderá ser feita em cargo a ser provido por merecimento.

Art. 51. O aposentado em cargo isolado não poderá reverter para o cargo de carreira.

Art. 52. À reversão não dará direito, para nova aposentadoria e disponibilidade, a contagem do tempo em que o funcionário estiver aposentado.

Art. 53. O funcionário revertido, a pedido, não poderá ser novamente aposentado com maior remuneração, antes de decorridos 5 (cinco) anos da reversão, salvo se sobrevier moléstia que o incapacite para o serviço público.

Art. 54. Transferência é o ato de provimento mediante o qual se processa a movimentação do funcionário, de um para outro cargo de igual padrão de vencimento.

Art. 55. O funcionário poderá ser transferido de um para outro cargo de carreira ou isolado, ou de um para outro cargo isolado, desde que configurada a semelhança de atribuições e a igualdade do vencimento.

§ 1º. A transferência será feita:

I. A pedido do funcionário, atendida a conveniência do serviço;

II. De ofício, no interesse da administração.

§ 2º. Nos casos mencionados no parágrafo anterior, deverá ser respeitada a habilitação profissional do funcionário.

Art. 56. O interstício para a transferência será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de efetivo exercício no cargo.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Art. 57. A transferência para o cargo de carreira obedecerá às seguintes condições:

- I. Se for a pedido, só poderá ser feita para vaga a ser provida por merecimento;
- II. Não poderá exceder a 1/3 (um terço) de cada classe.

Art. 58. A transferência, por permuta, se processará a requerimento de ambos os interessados e de acordo com o previsto nesta seção.

CAPITULO II DA VACÂNCIA

Art. 59. A vacância do cargo decorrerá de:

- I. Exoneração;
- II. Demissão;
- III. Promoção;
- IV. Aposentadoria;
- V. Falecimento;
- VI. Transferência;
- VII. Posse em outro cargo.

Art. 60. Dar-se-á a exoneração:

- I. A pedido;
- II. "ex-officio", quando se tratar de provimento em comissão ou em substituição;
- III. Quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;
- IV. Quando o funcionário não entrar em exercício no prazo legal.

Art. 61. A vaga decorrerá da data:

- I. Do falecimento;
- II. Imediata àquela em que o funcionário completar 65 anos de idade;
- III. Da publicação:
 - a. A lei que criar o cargo e conceder dotação para o seu provimento ou da que determinar esta ultima medida, se o cargo estiver criado;



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

b. Do decreto que promover, transferir, aposentar, exonerar, demitir ou extinguir cargo excedente, cuja dotação permitir o preenchimento de cargo vago.

c. Da posse em outro cargo.

Art. 62. A demissão será aplicada como penalidade.

TITULO II DAS MUTAÇÕES FUNCIONAIS

CAPITULO I DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 63. Haverá substituição ao impedimento do ocupante de cargo de direção ou chefia de provimento efetivo ou em comissão e de função gratificada.

§ 1º. A substituição dependerá de ato da administração.

§ 2º. A substituição será gratuita, quando porém, exceder de 15 (quinze) dias, será remunerada e por todo o período.

§ 3º. Mesmo que para determinado cargo ou função não haja previsão de substituição, esta poderá ocorrer, provada a necessidade e conveniência da administração recebendo, neste caso, o substituto o vencimento correspondente ao do substituído.

§ 4º. O substituto optará pelos vencimentos do cargo em que for titular ou os do cargo em que exercer a substituição.

§ 5º. A reassunção ou vacância do cargo cessará de pronto os efeitos da substituição.

CAPITULO II DA REMOÇÃO E DA PERMUTA

Art. 64. Remoção é o ato mediante o qual o funcionário passa a ter exercício em outra repartição ou serviço, preenchendo claro de lotação, sem que se modifique a sua situação funcional.

Art. 65. A remoção que se processará a pedido do funcionário ou "ex-officio" dar-se-á:



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

I. De um para outro setor, seção, serviço, departamento ou secretaria;

II. De um para outro órgão do mesmo setor, seção, serviço, departamento ou secretaria.

§ 1º. No caso do item I, a remoção será feita por ato do Prefeito ou do Presidente da Câmara Municipal.

§ 2º. No caso do item II, a remoção será feita por ato do Diretor ou Chefe do setor, seção, serviço, departamento ou do secretário.

§ 3º. A remoção será feita respeitada a lotação de cada órgão, setor, seção, serviço, departamento ou secretaria.

Art. 66. A permuta será processada a pedido dos interessados, na forma de remoção.

CAPITULO III DA READAPTAÇÃO

Art. 67. Readaptação é a investidura em cargo mais compatível com a capacidade do funcionário e dependerá sempre de exame médico e vaga.

Art. 68. A readaptação não implicará em aumento ou diminuição de vencimento e será feita mediante transferência.

Art. 69. A readaptação far-se-á:

I. De ofício

a) Quando se verificarem modificações no estado físico ou psíquico, ou nas condições de saúde do funcionário que diminuam a eficiência no exercício do cargo;

b) Quando se comprovar, em processo administrativo, que a capacidade intelectual do funcionário não corresponde às exigências do exercício do cargo;

II. A pedido quando houver desvio de função, com a ocorrência das circunstâncias seguintes:

a) O desvio de função adveio e subsiste por necessidade absoluta do serviço;



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

- b) O desvio dura, pelo menos 2 (dois) anos, sem interrupção na data da vigência deste Estatuto;
- c) A atividade foi ou está sendo exercida de modo permanente;
- d) As atribuições do cargo ocupado são perfeitamente diversas, e não apenas comprováveis ou afins, variando somente de responsabilidade e de grau;
- e) O funcionário possui as necessárias aptidões e habilitações para o desempenho regular do novo cargo, em que deva ser adaptado;
- f) O funcionário for admitido por concurso, para o cargo cujas funções foi desviado.

Parágrafo único. A readaptação será feita por decreto, pelo Prefeito Municipal, mediante transformação do cargo do funcionário, após a sua aprovação em provas de suficiência, para conformação do desvio funcional e habilitação do funcionário.

Art. 70. Somente poderá ser readaptado o funcionário estável, desde que não tenha ocupado cargo em comissão ou função gratificada no período de 120 (cento e vinte) dias anterior ao ato de readaptação.

Parágrafo único. É nula a readaptação realizada com infração deste artigo.

TITULO IV DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPITULO I DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 71. A apuração do tempo de serviço far-se-á em dias, convertidos em ano de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias.

Parágrafo único. Feita a conversão de que trata o "caput" do artigo, os dias restantes até 182 (cento e oitenta e dois) não serão computados arredondando-se para 1 (um) ano, quando excederem esse número.

Art. 72. Será considerado como efetivo exercício o período de afastamento em virtude de:



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

- I. Férias e férias-prêmio, inclusive as regulamentares do magistério;
- II. Casamento, até 8 (oito) dias consecutivos, contados da realização do ato;
- III. Luto pelo falecimento do pai, mãe, cônjuge, filho ou irmão, até 8 (oito) dias consecutivos, a contar do falecimento;
- IV. Luto, até 2 (dois) dias a contar do falecimento de tios, padastro, madastra, cunhados, genro, nora, sogra e netos;
- V. Exercício de cargo de provimento em comissão em órgão da União, dos Estados, dos Municípios, inclusive as autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações;
- VI. Convocações para obrigações decorrentes do serviço militar;
- VII. Júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- VIII. Desempenho de função legislativa federal, estadual ou municipal;
- IX. Licença à funcionária gestante;
- X. Licença a funcionário acidentado em serviço ou acometido de doença profissional ou moléstia grave;
- XI. Missão ou estudo, em outros pontos do território nacional ou no exterior, quando o afastamento houver sido autorizado, por ato do Prefeito ou do Presidente da Câmara;
- XII. Moléstia devidamente comprovada, até 3 (três) dias por mês;
- XIII. Faltas abonadas.

Art. 73. Na contagem de tempo, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, computar-se-á integralmente:

- I. O tempo de serviço em outro cargo ou função pública municipal, estadual e federal, anteriormente exercida pelo funcionário, inclusive autarquias de outros níveis do governo;
- II. O período de serviço ativo nas Forças Armadas, contando-se em dobro o tempo correspondente a operações de guerra, de que efetivamente tenha o funcionário participado;
- III. O tempo de serviço prestado como extranumerário, desde que remunerado pelos cofres municipais;
- IV. O tempo em que o funcionário esteve em disponibilidade.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Parágrafo único. Será objeto de regulamento, o processo para apuração de tempo de serviço, para qualquer tipo de reivindicação em que sirva de base.

Art. 74. É vedada a acumulação do tempo de serviço prestado, simultaneamente, em 2 (dois) ou mais cargos ou funções públicas, ou em entidade autárquicas.

Art. 75. Só será admitido procuração, para efeito de recebimento de quaisquer importâncias dos cofres municipais decorrentes do exercício do cargo ou função, quando o funcionário se encontrar fora da sede ou comprovadamente impossibilitado de locomover-se, e no caso do Art. 221, parágrafo único, deste Estatuto.

CAPITULO II DA ESTABILIDADE

Art. 76. O funcionário nomeado, em caráter efetivo, adquire estabilidade após 2 (dois) anos de efetivo exercício do cargo.

Parágrafo único. A estabilidade diz respeito ao serviço público e não ao cargo.

Art. 77. O funcionário estável somente perderá o cargo:

- I. Em virtude de decisão judicial transitado em julgado;
- II. Mediante processo administrativo, em que lhe seja, assegurada ampla defesa;
- III. Quando extinto o cargo.

CAPITULO III DAS FÉRIAS

Art. 78. O funcionário gozará, obrigatoriamente 30 (trinta) dias consecutivos de férias por ano, concedidas de acordo com as escala organizada pelo órgão competente.

§ 1º. Somente depois de 12 (doze) meses de exercício o funcionário adquirirá direito às férias;



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

§ 2º. Durante as férias, o funcionário terá direito à remuneração integral, exceto a gratificação por serviço extraordinário.

§ 3º. É vedada em qualquer hipótese a conversão de férias total em dinheiro, a não ser 10 (dez) dias.

§ 4º. É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

Art. 79. O funcionário em gozo de férias não será obrigado a interrompê-las por motivo de qualquer alteração de situação funcional.

Art. 80. É proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade de serviço e pelo máximo de 2 (dois) anos.

§ 1º. Em casos excepcionais, à critério da administração as férias poderão ser gozadas em 2 (dois) períodos, nenhum dos quais poderá ser inferior a 10 (dez) dias.

§ 2º. Somente serão consideradas como não gozadas por absoluta necessidade do serviço, as férias que o funcionário deixar de gozar, mediante decisão escrita do Prefeito ou Presidente da Câmara, exarada em processo e publicada na forma legal, dentro do exercício a que elas correspondem.

Art. 81. É facultado ao funcionário gozar férias onde bem lhe convier, cumprindo-lhe, no entanto, comunicar por escrito ao Chefe Imediato o seu endereço eventual.

Art. 82. O funcionário promovido, transferido ou removido, quando em gozo de férias, não será obrigado a apresentar-se antes de terminá-las.

Art. 83. Caberá ao Chefe da Repartição, ou do Serviço ou departamento organizar, no mês de dezembro, a escala de férias para ao no seguinte, que poderá ser alterada de acordo com as conveniências do serviço.

Parágrafo único. Organizada a escala de férias, deverá levar ao conhecimento dos funcionários, através de fixação no lugar de costume ou se possível, publicada na imprensa local.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

CAPITULO IV DAS FÉRIAS-PRÊMIO

Art. 84. Após cada decênio de efetivo exercício em serviço prestado ao município, o funcionário terá direito a férias – prêmio de 120 (cento e vinte) dias, desde que não haja sofrido quaisquer das penalidades administrativas previstas neste Estatuto.

§ 1º. Não terá direito a férias-prêmio o funcionário que, no período de sua aquisição, houver:

I. Faltado ao serviço, injustificadamente, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos ou não;

II. Gozado licença;

a) Para tratamento de saúde, por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos ou não;

b) Por motivo de doença em pessoa da família, por mais de 90 (noventa) dias consecutivos ou não;

c) Para tratar de interesse particular;

d) Por motivo do afastamento do cônjuge, quando funcionário ou militar, por mais de 2 (dois) anos consecutivos ou não;

§ 2º. O funcionário público terá, automaticamente, contado em dobro, para fins de aposentadoria e vantagens dela decorrentes, o tempo de férias-prêmio não gozadas.

Art. 85. As férias-prêmio poderão ser gozadas, por inteiro ou parcialmente e, neste último caso, em período não inferior a 30 (trinta) dias, devendo o funcionário, para esse fim, declarar expressamente, no requerimento em que pedir as férias-prêmio, o número de dias que pretende gozar.

§ 1º. O funcionário poderá desistir das férias-prêmio, quando o período restante for superior a 30 (trinta) dias.

§ 2º. A concessão das férias-prêmio será processada e formalizada pelo órgão de pessoal, depois de verificada se foram satisfeitas todos os requisitos legais exigidos, inclusive o parecer favorável do chefe imediato do funcionário, quanto a oportunidade da concessão.

§ 3º. O funcionário aguardará em exercício a concessão das férias-prêmio a qual deverá ser iniciada dentro de 10 (dez) dias do conhecimento oficial do ato concessório, sob pena de caducidade automática da concessão.



**CAPITULO V
DAS LICENÇAS**

**Seção I
Disposições Preliminares**

Art. 86. O funcionário poderá ser licenciado:

- I. Para tratamento de saúde;
- II. Por motivo de doença em pessoa de sua família;
- III. Para repouso à gestante;
- IV. Para prestar serviço militar obrigatório;
- V. Para tratar de interesses particulares;
- VI. Para desempenho de mandato eletivo;
- VII. Para funcionária casada com funcionário;
- VIII. Para funcionário acometido por doença profissional ou acidente de trabalho;

Parágrafo único. Ao ocupante de cargo de provimento em comissão não se considerará licença nos casos dos itens IV, V e VI deste artigo.

Art. 87. Terminada a licença e não havendo prorrogação, o funcionário retornará, imediatamente ao exercício do cargo.

Art. 88. A licença poderá ser prorrogada a pedido ou "ex-officio".

Parágrafo único. O pedido poderá ser apresentado até 10 (dez) dias antes de findo o prazo da licença, se indeferido, contar-se-á como de licença o período compreendido entre a data do termino e a do conhecimento oficial do despacho denegatório da prorrogação.

Art. 89. Poderá haver delegação quanto a competência para concessão de licença.

Art. 90. A licença depende de inspeção médica e será concedida pelo prazo estabelecido pelo laudo. Findo o prazo, haverá nova inspeção e o laudo médico deverá concluir pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria, se for o caso.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Art. 91. As licenças concedidas dentro de 60 (sessenta) dias, contados do término da anterior, serão consideradas em prorrogação.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, somente serão levadas em consideração as licenças da mesma espécie.

Art. 92. O funcionário não poderá permanecer em licença, por moléstia pelo prazo superior a 2 (dois) anos.

Art. 93. Decorrido o prazo estabelecido no artigo anterior, o funcionário será submetido a exame e aposentado, se for considerado definitivamente inválido para os serviços em geral.

Art. 94. O funcionário poderá gozar licença onde lhe convier, ficando obrigado a comunicar, por escrito, o seu endereço ao chefe a que estiver imediatamente subordinado.

Seção II

Da Licença para tratamento de saúde

Art. 95. A licença para tratamento de saúde, será concedida a pedido do funcionário ou "ex-officio".

Parágrafo único. Em ambos os casos, é indispensável o prévio exame médico, que se realizará, quando necessário, na residência do funcionário.

Art. 96. No decurso do período da licença, o funcionário abster-se-á de exercer qualquer atividade remunerada ou mesmo gratuita, quando esta for em caráter contínuo sob pena de cassação imediata da licença, com perda de vencimento correspondente ao período já gozado.

Art. 97. O exame para concessão da licença, que ultrapassar o período de 30 (trinta) dias, será feito por médico do município, oficialmente credenciado, salvo os casos indicados nesta lei.

Parágrafo único. As licenças por período superior a 90 (noventa) dias, dependerão de exame do funcionário por junta médica, indicada pelo Chefe do executivo ou Presidente da Câmara.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Art. 98. No curso da licença, o funcionário poderá ser examinado a requerimento ou "ex-officio", ficando obrigado a reassumir imediatamente seu cargo, se for considerado apto para o trabalho, sob pena de considerarem como faltas os dias de ausência.

Art. 99. Será punido disciplinarmente, com suspensão de até 30 (trinta) dias o funcionário que recusar submeter-se a exame médico, cessando os efeitos da penalidade logo que se verifique o exame.

Art. 100. O funcionário que não reassumir o exercício do cargo, imediatamente após o término da licença, terá sua ausência computada como falta.

Art. 101. A licença a funcionário acometido de tuberculose ativa, pênfigo foliáceo, alimentação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados de Paget (ostite deformante) será concedida com base nas conclusões de medicina especializada, quando o médico não concluir pela concessão imediata da aposentadoria.

Parágrafo único. Para verificação das moléstias referidas neste artigo a inspeção médica será feita obrigatoriamente por uma junta médica, composta por, no mínimo de 3 (três) membros, designados pela administração municipal.

Art. 102. A licença para tratamento de saúde será concedida com vencimentos integrais e pelo prazo indicado no laudo médico.

Seção III

Da licença por motivo de doença em pessoa da família

Art. 103. O funcionário poderá obter licença por motivo de doença na pessoa do cônjuge, do qual não esteja separado, de ascendente, descendente, colateral, consanguíneo ou afim, até segundo grau civil, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal e esta não possa ser prestada, simultaneamente, com o exercício do cargo.

§ 1º. Provar-se-á a doença mediante exame médico.

§ 2º. A licença será concedida com vencimento integral até 2 (dois) meses e após, com os seguintes descontos:



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

- meses;
- I. De 30% (trinta por cento) de 2 (dois) até 5 (cinco) meses;
- II. De 50% (cinquenta por cento) de 5 (cinco) até 12 (doze) meses;
- III. Sem vencimento, de 12 (doze) até 24 (vinte e quatro) meses.

Seção IV **Da licença à gestante**

Art. 104. À funcionária gestante será concedida, mediante inspeção médica, licença até 3 (três) meses consecutivos, com vencimento.

Parágrafo único. A licença será requerida pela interessada, mediante atestado médico de que se encontra, até no 8º (oitavo) mês de gestação, salvo prescrição médica em contrário.

Art. 105. Ocorrendo parto prematuro, o início da licença se contará a partir da data do parto.

Seção V **Da licença para o Serviço Militar**

Art. 106. Ao funcionário convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional, será concedida licença com remuneração integral, pelo prazo que se tornar necessário, sem prejuízo de quaisquer direitos e vantagens.

§ 1º. A licença será concedida mediante comunicação, por escrito, ao funcionário ao Chefe da repartição ou serviço, acompanhado de documento oficial que comprove a incorporação.

§ 2º. Dos vencimentos descontar-se-á a importância que o funcionário perceber na qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar.

§ 3º. Ao funcionário desincorporado será concedido prazo de 15 (quinze) dias para reassunção do cargo sem perda de remuneração.

§ 4º. Ao funcionário oficial da Reserva das Forças Armadas será também concedida licença com remuneração integral, durante os



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

estágios previstos pelos regulamentos militares, quando não perceber qualquer vantagem pecuniária pela convocação.

§ 5º. Quando o estágio for remunerado, assegurar-se-á o direito de opção.

Seção VI

Da licença para tratar de interesse particular

Art. 107. Ao funcionário estável poderá ser concedida licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares.

§ 1º. A licença será negada, quando o afastamento do funcionário, fundamentadamente, for inconveniente ao interesse do serviço.

§ 2º. O funcionário aguardará, em exercício, a concessão da licença.

Art. 108. Não será concedida licença ao funcionário nomeado antes do término do estágio probatório de 1 (um) ano ou ao funcionário removido ou transferido antes de assumir o exercício.

Art. 109. A autoridade que deferiu a licença poderá cassá-la e determinar que o funcionário reassuma o exercício do cargo, se assim exigir o interesse do serviço municipal.

Parágrafo único. O funcionário poderá desistir da licença a qualquer tempo.

Art. 110. Não se considerará licença sem vencimento, ao funcionário ocupante de cargo em comissão.

Seção VII

Da licença à funcionária casada com funcionário

Art. 111. A funcionária casada com funcionário estadual, federal ou militar terá direito à licença sem remuneração, quando o marido for mandado servir, independentemente de solicitação, em local diverso do município.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Parágrafo único. A licença será concedida mediante pedido, devidamente instruído e vigorará pelo tempo que a comissão durar ou a nova função do marido.

Seção VIII

Da licença por doença profissional ou acidente de trabalho

Art. 112. Ao funcionário acometido de doença profissional ou acidente em serviço será concedida licença, após exame médico e terá a remuneração integral.

§ 1º. Acidente é evento danoso, que tem como causa imediata ou mediata, o exercício das atribuições inerentes ao cargo.

§ 2º. Considera-se também acidente, a agressão sofrida injustamente e não provada pelo funcionário, no exercício de suas funções ou em razão delas.

§ 3º. Entende-se por doença profissional, a que decorrer das condições de serviço ou de fatos nele ocorridos, devendo o laudo médico estabelecer rigorosa caracterização e nexo de causalidade.

§ 4º. A comprovação do acidente, indispensável à concessão da licença deverá ser feita em processo regular, no prazo de 8 (oito) dias.

§ 5º. O tratamento do acidente, em serviço, correrá por conta dos cofres municipais.

§ 6º. Resultando do evento incapacidade total e permanente, o funcionário será aposentado com a remuneração integral.

§ 7º. Entende-se por incapacidade parcial e permanente a redução por toda vida, da capacidade de trabalho e, por incapacidade total e permanente, a invalidez irreversível.

Art. 113. No caso de morte, resultante de acidente do trabalho, será devida pensão aos beneficiários, correspondente aos vencimentos do funcionário.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Seção IX

Da licença para o desempenho de mandato eletivo

Art. 114. O funcionário municipal, no exercício de mandato eletivo obedecerá às disposições deste artigo.

§ 1º. Em se tratando de mandato eletivo, federal ou estadual, ficará afastado do seu cargo.

§ 2º. Investido no mandato de Prefeito Municipal, será afastado de seu cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

§ 3º. Investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo dos subsídios a que faz jus. Não havendo compatibilidade, aplicar-se-á norma prevista no parágrafo 1º deste artigo.

§ 4º. Em qualquer caso em que lhe seja exigido o afastamento para o exercício do mandato, o seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§ 5º. É vedado ao vereador, no âmbito da administração pública direta ou indireta municipal, ocupar cargo em omissão ou aceitar, salvo concurso público, emprego ou função.

§ 6º. Excetua-se da vedação do parágrafo anterior, o cargo de Secretário Municipal criado nos termos do Art. 79, § 1º, da Lei Complementar estadual nº 03, de 28 de dezembro de 1972, desde que o vereador se licencie do exercício do mandato.

CAPITULO VI DAS FALTAS

Art. 115. Nenhum funcionário poderá faltar ao serviço sem causa justa.

§ 1º. Não poderão ser justificadas as faltas que excederem a 12 (doze) por ano ou 2 (duas) por mês.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

§ 2º. Se a falta for por moléstia, será comprovada por atestado médico, se por outros motivos, não previstos nesta lei, fica a critério da Administração a aceitação ou não da justificativa.

TITULO V DA FREQUENCIA E DO HORÁRIO CAPITULO ÚNICO

Art. 116. O expediente normal das repartições públicas municipais será estabelecido pelo Prefeito Municipal em decreto executivo, no qual se determinará o número de horas de trabalho.

Art. 117. O funcionário deverá permanecer na repartição durante as horas de trabalho ordinário e as do extraordinário, quando convocado.

Parágrafo único. O disposto no presente artigo aplica-se, igualmente, aos funcionários investidos em cargos ou funções de chefia.

Art. 118. A freqüência será apurada por meio de ponto ou qualquer outro meio designado pelo Executivo ou Presidente da Câmara.

Art. 119. Ponto é o registro pelo qual se verificarão, diariamente, as entradas e saídas dos funcionários em serviço.

§ 1º. Nos registros de ponto deverão ser lançados todos os elementos necessários à apuração da freqüência.

§ 2º. Salvo nos casos expressamente previstos em lei ou regulamento, é vedado dispensar o funcionário de registro de ponto.

Art. 120. O período de trabalho poderá ser antecipado ou prorrogado para todas repartição ou partes, conforme a necessidade do serviço.

Parágrafo único. No caso da antecipação ou prorrogação desse período será remunerado o trabalho extraordinário, na forma prevista em lei ou regulamento de gratificações.

Art. 121. Nos dias úteis, só por determinação do Prefeito Municipal poderão deixar de funcionar as repartições públicas municipais, serem suspensos os seus trabalhos, em todo ou em parte.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Art. 122. Para efeito de pagamento, apurar-se-á a freqüência do seguinte modo:

- I. Pelo ponto;
- II. Pela forma que for determinada, quanto aos funcionários não sujeitos a ponto.

Parágrafo único. Haverá um boletim padronizado para a comunicação da freqüência.

Art. 123. O funcionário perderá:

- I. O vencimento do dia se não comparecer ao serviço;
- II. 1/5 (um quinto) do vencimento, quando comparecer depois da hora marcada para início do expediente até 55 (cinquenta e cinco) minutos;
- III. O vencimento do dia, quando comparecer na repartição sem a observância do limite horário estabelecido no item anterior;
- IV. 4/5 (quatro quinto) do vencimento, quando se retirar da repartição no fim da segunda hora do expediente.
- V. 3/5 (três quintos) do vencimento, quando se retirar no período compreendido entre o início e o fim da terceira hora do expediente;
- VI. 2/5 (dois quintos) do vencimento quando se retirar no período compreendido entre o princípio e o fim da quarta hora;
- VII. 1/5 (um quinto) do vencimento quando se retirar do princípio da quinta hora em diante.

Art. 124. No caso de faltas sucessivas, serão computados, para efeito de desconto, os domingos e feriados intercalados.

Art. 125. O funcionário que por motivo de moléstia grave ou súbita não poder comparecer ao serviço, fica obrigado a fazer pronta comunicação do fato, por escrito ou por alguém a seu rogo ao Chefe direto, cabendo a este mandar examiná-lo imediatamente na forma do regulamento.

Art. 126. Aos funcionários que sejam estudantes, será permitido faltar ao serviço, sem prejuízo dos vencimentos, nos dias em que se realizarem provas.

Parágrafo único. Os funcionários deverão apresentar documentos fornecidos pela Direção das Escalas que comprovem suas presenças às provas.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

TITULO VI DOS VENCIMENTOS E DAS VANTAGENS

CAPITULO I

Seção I Disposições Gerais

Art. 127. Além do vencimento do cargo, o funcionário poderá auferir as seguintes vantagens:

- I. Diária;
- II. Ajuda de custo;
- III. Abono de família;
- IV. Auxílio doença;
- V. Funeral;
- VI. Adicionais por tempo de serviço;
- VII. Gratificação;
- VIII. Décimo terceiro vencimento.

Parágrafo único. O funcionário que receber dos cofres públicos vantagem indevida, será punido se tiver agido de má fé, respondendo em qualquer caso, pela reposição da quantia que houver recebido, solidariamente com quem tiver autorizado pagamento.

Art. 128. As reposições e indenizações devidas pelo funcionário em razão de prejuízos que tenha causado ao erário municipal, serão descontadas em parcelas não excedentes de 20% (vinte por cento) do vencimento.

Parágrafo único. Quando o funcionário solicitar exoneração, abandonar o cargo ou for demitido, não terá direito ao parcelamento previsto neste artigo.

Art. 129. É proibido ceder ou gravar vencimentos ou quaisquer vantagens decorrentes do exercício do cargo ou função. Os descontos somente serão aqueles autorizados em lei.

Art. 130. Só será admitida procuração, para efeito de recebimento de quaisquer importâncias dos cofres municipais, decorrentes do exercício, do cargo ou função, quando outorgado por funcionário ausente do município ou impossibilidade de locomover e, nos casos dos artigos 75 e 221, parágrafo único deste Estatuto.



Seção II Do vencimento

Art. 131. Vencimento é a retribuição pecuniária paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao padrão fixado em lei.

Art. 132. A remuneração correspondente ao vencimento, acrescido de outras vantagens de ordem pecuniária atribuídas ao funcionário, exceto o abono família.

Art. 133. O funcionário perderá:

I. 1/3 (um terço) do vencimento, durante o afastamento por motivo de prisão em flagrante, suspensão administrativa ou prisão preventiva, prisão administrativa, denúncia por crime comum ou denúncia por crime funcional ou ainda, condenação por crime inafiançável ou processo no qual não haja pronúncia, com direito à diferença, se absolvido.

II. 2/3 (dois terços) do vencimento, durante o período do afastamento em virtude de condenação, por sentença definitiva, desde que a pena não determine demissão.

III. O vencimento, durante o afastamento por motivo de suspensão preventiva ou prisão administrativa, decretadas em caso de alcance ou malversação de dinheiros públicos.

Art. 134. A remuneração do funcionário não poderá ser objeto de acerto, seqüestro ou penhora, salvo para:

- I. Prestação de alimentos na forma da lei civil;
- II. Dívida com a Fazenda Pública.

Art. 135. Os vencimentos dos cargos da Câmara Municipal, em nenhuma hipótese poderão ser superiores aos pagos pela Prefeitura para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas.

Art. 136. É vedada a participação de servidores públicos no produto de arrecadação de quaisquer receitas municipais.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Seção III Das diárias

Art. 137. O funcionário que deslocar de sua sede, eventualmente e por motivo de serviço, faz jus, à percepção de diárias, em base fixadas em Decreto Executivo.

§ 1º. A diária não é devida:

- I. No período de transito ao funcionário removido ou transferido;
- II. Quando o deslocamento do funcionário durar menos de 6 (seis) horas;
- III. Quando o deslocamento se der para a localidade onde o funcionário reside;
- IV. Quando relativa ao sábado, domingo ou feriado, salvo se a permanência do funcionário fora da sede nesses dias for conveniente ou necessária ao serviço.

§ 2º. Sede é a localidade onde o funcionário tem exercício.

Art. 138. O pagamento da diária, que pode ser feito antecipadamente, destina-se a indenizar o funcionário por despesas com alimentação, pousada, devendo ocorrer por dia de afastamento e pelo valor fixado em Decreto Executivo.

§ 1º. A diária é integral quando o afastamento se der por mais de 12 (doze) horas e exige pousada paga pelo funcionário.

§ 2º. Ocorrendo afastamento por até 12 (doze) horas, é devida apenas a parcela da diária relativa à alimentação.

Art. 139. É vedado o pagamento da diária, cumulativamente, com qualquer outra retribuição de caráter indenizatório de despesa com alimentação e pousada.

Art. 140. Constitui inflação disciplinar grave, punível na forma da lei, conceder ou receber diária indevidamente.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Seção IV Da ajuda de custo

Art. 141. Será concedida ajuda de custo ao funcionário que em virtude de transferência, remoção, designação para função gratificada, passa a ter exercício em nova sede, ou quando designado para serviço, ou estudo fora do Município.

Parágrafo único. A ajuda de custo destina-se a indenizar o funcionário das despesas de viagens e de nova instalação e será fixado pelo Prefeito que, ao arbitrá-la, levará em conta a distância percorrida, o número de pessoas que acompanharão o funcionário, o tempo de viagem e as despesas essenciais que serão realizadas.

Art. 142. A ajuda de custo não poderá exceder ao dobro do vencimento do funcionário.

Art. 143. A ajuda de custo será paga ao funcionário, adiantadamente, no local da repartição ou serviço de que foi desligado.

Parágrafo único. O funcionário, sempre que o preferir, poderá receber integralmente, a ajuda de custo na sede da nova repartição do serviço.

Art. 144. Não será concedida ajuda de custo:

- I. Quando o funcionário se afastar da sede ou a ela voltar, em virtude de mandato eletivo;
- II. Quando for posto à disposição do Serviço do governo Federal, Estadual ou Municipal;
- III. Quando for transferido ou removido a pedido ou permuta, inclusive.

Art. 145. Restituirá a ajuda de custo que tiver recebido:

- I. O funcionário que não seguir para a nova sede dentro dos prazos determinados, salvo motivo independente de sua vontade, devidamente comprovado;
- II. O funcionário que antes de ter terminado o desempenho da incumbência que lhe for cometida, regressar da nova sede, pedir exoneração ou abandonar o serviço.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

§ 1º. A restituição poderá ser feita parceladamente, a juízo do Prefeito, salvo no caso de recebimento indevido, em que a importância por devolver será descontada igualmente do vencimento ou remuneração.

§ 2º. A responsabilidade pela restituição de que trata este artigo, atinge exclusivamente a pessoa do funcionário.

§ 3º. Se o regresso do funcionário for determinado pela autoridade competente ou por motivo de força maior, devidamente comprovado, não ficará ele obrigado a restituir a ajuda de custo.

Seção V Do Abono-Família

Art. 146. O abono-família será concedido a todo funcionário ativo e inativo que tiver:

- I. Cônjuge do sexo feminino que não exerça função ou atividade remunerada;
- II. Cônjuge inválido ou mentalmente incapaz, sem renda própria;
- III. Filho menor de 18 (dezoito) anos e que não exerça atividades remunerada nem tenha renda própria;
- IV. Filho inválido e mentalmente incapaz, sem remuneração própria.

§ 1º. Compreende-se neste artigo o filho de qualquer condição, o enteado, o adotivo e o menor que, mediante autorização judicial, estiver sob guarda e o sustento do funcionário.

§ 2º. A invalidez, para efeito deste artigo, corresponde a incapacidade total e permanente para o trabalho.

§ 3º. Fica equiparada ao cônjuge a companheira do funcionário que com ele exclusivamente viver há mais de 5 (cinco) anos.

§ 4º. Para efeitos do parágrafo anterior, o funcionário deverá estar legalmente separado do cônjuge.

Art. 147. Quando o pai e mãe forem funcionários municipais, ativos e inativos e viverem em comum, o abono de família será pago ao responsável pela família, nos termos da legislação civil em vigor.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Parágrafo único. Se não viverem em comum, será concedido ao que tiver os dependentes sob sua guarda; se ambos tiverem, será concedida a um e outro dos pais de acordo com a distribuição dos dependentes.

Art. 148. Ocorrendo o falecimento do servidor, o abono de família, continuará sendo paga aos dependentes que faz jus quando o servidor ainda vivia, até que o direito de cada dependente se extinga.

Parágrafo único. O pagamento será sempre feito à pessoa legalmente responsável pelos beneficiários.

Art. 149. O abono de família será pago independentemente de frequência ou produção do funcionário, não sofrerá qualquer desconto, nem será objeto de transação.

Art. 150. O valor do abono de família será fixado em lei.

Art. 151. É vedado pagamento de abono de família por dependente, em relação ao qual já esteja sendo percebido o benefício de outra entidade Federal, Estadual ou Municipal.

Seção VI Do Auxílio – Doença

Art. 152. O funcionário acometido de doença profissional ou acidentado em serviço, perceberá um vencimento do cargo que ocupava, para cada 10 (dez) meses que permanecer afastado do trabalho.

Seção VIII Do Auxílio – Funeral

Art. 153. A família do funcionário falecido, ainda que ao tempo de sua morte estivesse ele em disponibilidade ou aposentado, será concedido o auxílio-funeral correspondente a 1 (um) mês de vencimento.

§ 1º. Em caso de acumulação, permitido em lei, o auxílio será pago somente em razão do cargo de maior vencimento do servidor falecido.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

§ 2º. Quando não houver pessoa da família do funcionário no local do falecimento, o auxílio-funeral será pago a quem promover o enterro mediante comprovação das despesas.

§ 3º. O pagamento de auxílio-funeral obedecerá a processo sumaríssimo, concluído no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da apresentação do atestado de óbito, incorrendo em pena de suspensão o responsável pelo retardamento.

§ 4º. O pagamento será autorizado pelo Prefeito Municipal, à vista da certidão de óbito e dos comprovantes das despesas, se for o caso.

Seção VIII Dos adicionais por tempo de serviço

Art. 154. Os funcionários do município terão a partir do 5º (quinto) ano de exercício, seus vencimentos acrescidos de 5% (cinco por cento) por quinquênio, que serão incorporados para efeitos de aposentadoria.

Art. 155. Cada período de 5 (cinco) anos de efetivo exercício no magistério municipal dará direito ao funcionário a adicionais de 10% (dez por cento) sobre os seus vencimentos, os quais a estes se incorporarão para efeito de aposentadoria.

Parágrafo único. Para os efeitos previstos neste artigo, entende-se também, por efetivo exercício no magistério, as atividades de administração escolar e inspeção.

Seção IX Das gratificações

Art. 156. Será concedida gratificação:

- I. Pelo exercício de funções especificadas em lei;
- II. Pela prestação de serviço extraordinário;
- III. Pela execução ou colaboração em trabalhos técnicos ou científicos, fora das atribuições normais do cargo;
- IV. Pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde;
- V. Pela participação em órgão de deliberação coletiva;



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

VI. Pelo exercício do encargo de membros em banca examinadora ou comissão de concurso ou seu auxiliar.

Art. 157. A gratificação de função será devida ao funcionário que exercer encargo de Chefia ou outros especificados em lei.

Art. 158. O funcionário convocado para trabalhar fora do horário de seu expediente terá direito à gratificação por serviços extraordinários.

Parágrafo único. O exercício de cargo em comissão ou fora de função gratificada, exclui a gratificação por serviços extraordinários.

Art. 159. A gratificação pela prestação de serviços extraordinários será determinada pela autoridade competente, ouvido o chefe imediato do funcionário.

§ 1º. A gratificação será paga por hora de trabalho que exceda o período normal do expediente, em base fixada por ato do Prefeito.

§ 2º. Salvo, casos excepcionais, devidamente justificados, não serão pagos mais de 2 (duas) horas diárias de serviços extraordinários.

§ 3º. Quando o serviço, extraordinário for noturno, assim entendido o que estiver decorrendo no período compreendido entre 22 (vinte e dois) e 5 (cinco) horas, o valor da hora será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 160. A gratificação pela execução ou colaboração em trabalhos técnicos ou científicos de utilidade para o serviço público municipal, será arbitrado pelo Prefeito Municipal, após a conclusão dos trabalhos, ou previamente, quando assim for necessário.

Art. 161. A gratificação pela execução de trabalho, com risco de vida ou de saúde, depende de lei especial.

Art. 162. A gratificação pela participação em órgãos de deliberação coletiva ou pelo exercício de encargo de membro de banca examinadora de comissão de concurso, ou seu auxiliar, será fixada no próprio ato que designar o funcionário, em decreto do Executivo.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Art. 163. O funcionário que perceber importância relativa a serviço extraordinário não prestado, será obrigado a restituí-la de uma só vez, ficando sujeito a processo disciplinar.

Art. 164. Será punido, com pena de suspensão, o funcionário que se recusar, sem justa causa, à prestação de serviço extraordinário. De igual forma, o funcionário que atestar, falsamente, a prestação de serviço extraordinário.

Parágrafo único. Na reincidência dos fatos mencionados neste artigo, o funcionário será punido com a demissão a bem do serviço público.

Seção X

Do décimo terceiro vencimento

Art. 165. Ao funcionário estável ou comissionado, ativo ou inativo, será concedido no mês de dezembro de cada ano, um vencimento independente de remuneração habitual a que fizer jus.

§ 1º. O vencimento extra, corresponderá a 1/12 (um doze avos) do vencimento devido em dezembro, por mês de serviço do ano correspondente.

§ 2º. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será computada como mês integral para efeitos do parágrafo anterior.

§ 3º. As faltas legais e justificadas ao serviço, não serão reduzidas para fins de cálculo do vencimento.

Art. 166. Ocorrendo exoneração, o funcionário receberá o vencimento de que trata o artigo anterior, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do referido artigo, calculado sobre o vencimento do mês da exoneração.

Parágrafo único. Não ocorrerá o décimo terceiro (13º) vencimento quando houver demissão.

Art. 167. O vencimento será paga, impreterivelmente, pela Administração Pública, até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano.



CAPITULO II DA ASSISTÊNCIA

Art. 168. O Município, diretamente ou não, prestará serviços de assistência e previdência a seus funcionários e respectivas famílias, na forma que a lei estabelecer.

Parágrafo único. A assistência abrangerá, entre outros benefícios:

- I. Assistência médica, dentária, farmacêutica e hospitalar;
- II. Plano de previdência, seguro;
- III. Assistência jurídica;
- IV. Financiamento para aquisição de casa própria, por intermédio de órgãos integrantes do Sistema Financeiro de Habitação (S.F.H);
- V. Causas de aperfeiçoamento e especialização profissional ou treinamento em matéria de interesse municipal;
- VI. Assistência social, especificamente, no que concerne à orientação, recreação e lazer.

Art. 169. Os serviços de assistência que o município não puder prestar gratuitamente, deverão ser cobrados pelo custo.

Parágrafo único. Poderão ser descontadas, na folha de pagamento, as despesas referentes aos serviços de assistência a que se refere este artigo anterior, desde que o desconto não ultrapasse 30% (trinta por cento) do vencimento, remuneração ou provento do funcionário ativo ou inativo.

Art. 170. O Município cumprirá as prescrições da legislação federal, no que tange aos trabalhos insalubres, executados por funcionários.

Art. 171. A lei regulará as condições de organização e funcionamento dos serviços de assistências referidas nos artigos anteriores.

Art. 172. O Município estabelecerá em Lei ou Convênio o regime previdenciário de seus funcionários sujeitos ao presente Estatuto.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

CAPITULO III DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 173. É assegurado a todo funcionário o direito de requerer representar.

Art. 174. O requerimento será examinado pelo órgão de pessoal que prestará informações funcionais atinentes ao assunto, encaminhando-o, em seguida, à autoridade competente para decidi-lo.

Parágrafo único. O requerimento será decidido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, improrrogáveis.

Art. 175. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou preferido a decisão, não renovável.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração será decidido dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art. 176. Caberá recurso quando:

- I. O pedido de reconsideração não for decidido no prazo legal;
- II. Do indeferimento do pedido de reconsideração;
- III. Das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

§ 1º. O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior a que tiver proferido a decisão ou expedido o ato e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

§ 2º. O pedido de reconsideração e o recurso não terão efeitos suspensivos, o que for promovido retroagirá, nos seus efeitos, à data do ato impugnado.

Art. 177. O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá.

- I. Em 5 (cinco) anos, quanto aos atos que decorram admissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- II. Em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Parágrafo único. O prazo para prescrição contar-se-á da data da publicação do ato; quando este for de natureza reservada, da data em que o interessado dele tiver ciência.

Art. 178. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição uma só vez, observada a legislação Federal quanto à prescrição quinquenal.

Art. 179. É assegurado ao funcionário o direito de visto do processo administrativo em que seja parte.

Art. 180. São improrrogáveis e fatais os prazos disciplinados neste capítulo.

CAPITULO IV DA DISPONIBILIDADE

Art. 181. O funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada, com vencimento proporcional ao tempo de serviço, quando:

- I. Seu cargo for extinto e não se tornar possível seu imediato aproveitamento em cargo equivalente;
- II. No interesse da administração, se seus serviços tornarem-se desnecessários.

Parágrafo único. Restabelecido o cargo, ainda que alterado sua denominação, o funcionário em disponibilidade nele será obrigatoriamente aproveitado.

Art. 182. A declaração da desnecessidade do cargo a que se refere o item II, do artigo anterior, será feita através de decreto executivo.

Art. 183. Na contagem de tempo de serviço, para fins de disponibilidade, serão observados os preceitos aplicáveis à aposentadoria.

Parágrafo único. O funcionário em disponibilidade poderá ser aposentado, desde que preencha os requisitos aplicados à aposentadoria ou posto à disposição de outro órgão, á seu pedido.

CAPITULO V DA APOSENTADORIA

Art. 184. O funcionário será aposentado:



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

- I. Compulsoriamente aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade;
- II. A pedido após 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se do sexo masculino ou 30 (trinta) anos se do sexo feminino;
- III. Com referência ao professorado municipal aplicar-se-á disposto no Estatuto do Magistério Municipal aprovado em lei;
- IV. Por invalidez.

§ 1º. A aposentadoria por invalidez será sempre precedida de licença por período não excedente de 24 (vinte e quatro) meses, salvo quando o laudo médico concluir, anteriormente aquele prazo, pela incapacidade definitiva para o serviço público.

§ 2º. Será aposentado o funcionário que, depois de 24 (vinte e quatro) meses de licença para tratamento de saúde, for considerado inválido para o serviço público.

Art. 185. O aposentado receberá proventos integrais:

- I. Nos casos do item II e III do artigo 184;
- II. Quando inválido, em consequência de acidente no exercício de suas atribuições ou em virtude de doença profissional;
- III. Quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, pênfigo foliáceo, paralisia, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondilose, artrose anquilosante, nefropatia grave e estados avançados de Paget (istite deformante), que o invalide para o serviço público.

§ 1º. Considera-se, acidente, para os efeitos desta lei, o evento danoso que tiver como causa imediata ou mediata o exercício das atribuições inerente ao cargo.

§ 2º. Equipara-se a acidente a agressão sofrida e não provocada pelo funcionário, no exercício de suas funções.

§ 3º. A prova de acidente será feita em processo especial, no prazo de 8 (oito) dias, prorrogáveis quando as circunstâncias o exigirem, sob pena de suspensão de quem omitir ou retardar a providência.

§ 4º. Entende-se por doença profissional a que decorrer das condições dos serviços ou de fatos nele ocorridos, devendo o laudo médico estabelecer-lhe rigorosa caracterização.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

§ 5º. Ao funcionário ocupante de cargo em comissão aplicar-se-á o disposto neste artigo, quando inválido nos termos do item II.

Art. 186. Fora dos casos do artigo 184, os proventos serão proporcionais ao tempo de serviço, na razão de 1/35 (um trinta e cinco avos) por ano, quando se tratar de funcionário do sexo masculino e 1/30 (um trinta avos) quando do sexo feminino.

§ 1º. Nos casos em que a Lei Federal fixar menos tempo, a proporção será de tantos avos quantos os anos de serviço necessários para a aposentadoria integral.

§ 2º. Os proventos da aposentadoria não poderão exceder, em caso algum, à remuneração percebida pelo funcionário em atividade.

Art. 187. Os proventos da inatividade dos aposentados serão revistos quando, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, a lei conceder aumento geral de vencimentos aos funcionários em atividade.

Art. 188. Os aposentados receberão, incluídos nos proventos, os adicionais por tempo de serviço e quaisquer outras vantagens atribuídas por lei aos funcionários em caráter permanente.

Parágrafo único. Exclui-se deste artigo, por não constituir proventos, e abono familiar a que tem direito o funcionário aposentado.

Art. 189. A aposentadoria que depender de inspeção médica só será decretada depois de verificada a impossibilidade de readaptação do funcionário.

Art. 190. É automática a aposentadoria compulsória, calculando-se os proventos do aposentado com base no vencimento e nas vantagens a que fizer jus no dia em que atingir a idade limite.

Parágrafo único. O retardamento do decreto que declarar a aposentadoria não impedirá que o funcionário se afaste do exercício no dia imediato ao que atingir a idade limite.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Art. 191. Nos casos em que tenha sido a aposentadoria por motivo de invalidez, será o aposentado submetido à inspeção médica após o decurso de cada 3 (três) anos, para efeito de reversão.

TITULO VII DO REGIME DISCIPLINAR

CAPITULO I DA ACUMULAÇÃO

Art. 192. É vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, exceto:

- I. A de juiz com o cargo de professor;
- II. A de 2 (dois) cargos de professor;
- III. A de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- IV. A de 2 (dois) cargos privativos de médico.

§ 1º. Em qualquer dos casos, a acumulação somente será permitida quando houver correlação de matérias e compatibilidade de horários.

§ 2º. A proibição de acumular estende-se a cargos, funções ou empregos em autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista, criada por lei.

§ 3º. A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, quanto ao de um cargo em comissão ou quanto a contrato de prestação de serviços técnicos ou especializados.

Art. 193. Verificado em processo administrativo a acumulação proibida, e provada a boa-fé, o funcionário optará por um dos cargos ou funções.

Parágrafo único. Provada a má-fé, perderá todos os cargos e funções e será obrigado a restituir o que tiver recebido indevidamente, sem prejuízo do procedimento penal cabível.

Art. 194. As autoridades e chefes de serviço ou seção que tiverem conhecimento que qualquer de seus subordinados acumula, indevidamente, cargos ou funções públicas, comunicarão o fato ao órgão de pessoal, para fins indicados no artigo anterior, sob pena de co-responsabilidade.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

CAPITULO II DOS DEVERES E PROIBIÇÕES

Seção I Dos Deveres

Art. 195. São deveres do funcionário:

- I. Comparecer ao serviço com assiduidade e pontualidade, nas horas de trabalho ordinário e extraordinário, quando convocado;
- II. Cumprir determinações superiores, salvo quando manifestamente ilegais;
- III. Observância das normas legais e regulamentares;
- IV. Executar os serviços que lhe competirem e desempenhar com zelo e presteza, os trabalhos de que dor incumbido;
- V. Tratar com urbanidade os colegas e as partes, atendendo a estes sem preferências pessoais;
- VI. Representar à autoridade superior sobre irregularidades que tiver ciência, em razão do cargo;
- VII. Zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado.
- VIII. Providenciar para que esteja sempre atualizado, no assentamento individual, sua declaração de família;
- IX. Guardar sigilo sobre os assuntos da administração;
- X. Atender com prioridade:
 - a) As requisições para defesa da Fazenda Pública;
 - b) A expedição de certidões requeridas para defesa de direitos;
 - c) O cumprimento imediato de decisões e ordens emanadas do Poder judiciário;
- XI. Apresentar relatórios ou resumos de suas atividades, nas hipóteses e prazos previstos em lei, regulamento ou requerimento;
- XII. Colaborar para o aperfeiçoamento dos serviços, sugerindo à administração as medidas que julgar necessárias.

Seção II Das Proibições

Art. 196. Ao funcionário é proibido:



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

- I. Referir-se, publicamente, de modo depreciativo, às autoridades constituídas e aos atos da administração, podendo todavia, em trabalho assinados apreciá-los doutrinariamente com o fito de elaboração e cooperação;
- II. Retirar, sem previa permissão da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III. Promover manifestação de apreço ou desapreço, fazer circular ou subscrever lista de donativo, no recinto da repartição;
- IV. Valer-se de sua qualidade de funcionário, para obter proveito pessoal para si ou outrem;
- V. Participar de gerencia ou administração de empresa comercial ou industrial, salvo casos expressos em lei;
- VI. Coagir ou aliciar subordinados, com objetivos de natureza política partidária;
- VII. Pleitear, como procurador ou intermediário, junto às repartições municipais, salvo quando se tratar de interesse de parentes até o 2 (segundo) grau;
- VIII. Receber propinas, comissões, presentes e vantagens de qualquer espécie em razão de suas atribuições;
- IX. Empregar material do serviço público em tarefa particular;
- X. Cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados;
- XI. Exercer atividades particulares no horário de trabalho;
- XII. Utilizar equipamentos do município ou permitir que dele se utilizem para fim alheio ao serviço público;
- XIII. Praticar a usura em qualquer de suas formas;
- XIV. Incitar greves ou a elas aderir, ou praticar atos de sabotagem contra o serviço público;

Art. 197. A autoridade que tiver notícia ou ciência da ocorrência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover-lhe a apuração imediata, por meios sumários, de inquéritos ou processo administrativo.

Parágrafo único. O processo administrativo precederá sempre à demissão do funcionário.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

CAPITULO III DA RESPONSABILIDADE

Art. 198. O funcionário responderá civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 199. A responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposo, que importe prejuízo à Fazenda Municipal ou para terceiros.

§ 1º. O funcionário será obrigado a repor de uma só vez, a importância do prejuízo causado à Fazenda Municipal em virtude de acumulação de cargos, apurada a má fé, de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entradas, nos prazos legais.

§ 2º. Nos demais casos, a indenização de prejuízos causados à Fazenda Municipal poderá ser liquidada mediante o desconto em folha, nunca excedente a 10ª (décima) parte do vencimento.

§ 3º. Tratando-se de danos causados a terceiros responderá o funcionário perante a Fazenda Municipal, em ação regressiva, proposta depois de transitar em julgado a decisão de última instância que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado.

Art. 200. A responsabilidade penal será apurada nos termos da Legislação Federal aplicável.

Art. 201. A responsabilidade administrativa resulta de atos ou omissões praticadas no desempenho do cargo ou função.

Parágrafo único. A responsabilidade administrativa não exime o funcionário da responsabilidade civil ou penal que couber, nem do pagamento da indenização a que ficar obrigado.

Art. 202. As cominações civis, penais e disciplinares poderão cumular-se, sendo uma e outras independentes entre si, bem assim as instâncias civil, penal e administrativa.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

CAPITULO IV DAS PENALIDADES

Art. 203. Considera-se infração disciplinar o ato praticado pelo funcionário com violação dos deveres e das proibições do cargo ou função que exercer.

Art. 204. São penas disciplinares, em ordem crescente de gravidade:

- I. Advertência verbal;
- II. Repreensão;
- III. Multa;
- IV. Suspensão;
- V. Destituição de função;
- VI. Demissão;
- VII. Cassação de aposentadoria e de disponibilidade.

§ 1º. As penas previstas nos itens II e VII, serão obrigatoriamente registradas no assentamento individual do funcionário.

§ 2º. Na aplicação das penas disciplinares, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o serviço público.

§ 3º. As anistias não implicam o cancelamento do registro de qualquer penalidade, que servirá para apreciação da conduta do funcionário, mas nele se acertará que em virtude da anistia, a pena deixou de produzir os efeitos legais.

Art. 206. A pena de repreensão será aplicada por escrito nos casos de desobediência de cumprimento dos deveres.

Art. 207. A pena de suspensão, que não excederá de 60 (sessenta) dias, será aplicada nos casos de falta grave ou de reincidência.

§ 1º. O funcionário, enquanto suspenso, perderá todos os direitos e vantagens do exercício do cargo, exceto o abono-família.

§ 2º. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por



cento) por dia de vencimento, obrigado, neste caso, o funcionário a permanecer em serviço.

Art. 208. A pena de multa será aplicada na forma e nos casos expressamente previstos em lei ou regulamento.

Art. 209. São, dentre outros, considerados motivos ou faltas graves:

- I. Crime contra a administração pública;
- II. Abandono do cargo por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou falta de assiduidade;
- III. Incontinência pública e embriaguez habitual;
- IV. Insubordinação grave no serviço;
- V. Ofensa física ou moral contra funcionário ou particular, quando em serviço, salvo em legítima defesa;
- VI. Aplicação irregular dos dinheiros públicos;
- VII. Lesão aos bens municipais e aos cofres públicos;
- VIII. Revelação de segredo confiado em razão do cargo;
- IX. Falta de assiduidade, assim considerado o funcionário que, no período de 12 (doze) meses, faltar ao serviço 90 (noventa) dias, alternadamente, sem causa justificada.

Art. 210. O ato de demissão mencionará sempre a causa da penalidade e a disposição legal em que se fundamente.

Art. 211. Será igualmente cassada a disponibilidade e a aposentadoria se ficar provado que o inativo ou funcionário em disponibilidade:

- I. Praticar falta grave no exercício do cargo;
- II. Aceitou ilegalmente cargo ou função pública;
- III. Foi condenado por crime, cuja importância em demissão se estivesse em atividade;
- IV. Praticou usura em qualquer de suas formas.

Parágrafo único. Será igualmente cassada a disponibilidade do funcionário que não assumir no prazo legal o cargo ou função em que for aprovado.

Art. 212. São competentes para aplicação de penas disciplinares:



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

I. O Prefeito Municipal nos casos de demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade, bem como suspensão superior de 10 (dez) dias;

II. A autoridade imediatamente subordinada ao Prefeito, responsável pelo órgão em que tenha exercício o funcionário, nos casos de suspensão disciplinar até 10 (dez) dias.

III. O chefe imediato do funcionário, nos casos de advertência verbal e repreensão.

§ 1º. A pena de multa será aplicada pela autoridade que impuser a suspensão.

§ 2º. A pena de destituição de função será aplicada pela autoridade que houver feito a designação.

Art. 213. São circunstâncias atenuantes da pena:

- I. A confissão espontânea da infração;
- II. A prestação de mais de 10 (dez) anos de serviço com exemplar comportamento e zelo;
- III. A provocação injusta de superior hierárquico;
- IV. Idoneidade moral e familiar.

Art. 214. São circunstâncias agravantes da pena:

- I. Acumulação de infração;
- II. A premeditação
- III. O conluio para a prática da infração;
- IV. A reincidência genérica ou específica;
- V. O fato de ser acometida durante o cumprimento de pena disciplinar.

§ 1º. Dá-se acumulação quando 2 (duas) ou mais infrações são cometidas na mesma ocasião ou quando é cometida antes de ter sido punida a anterior.

§ 2º. A premeditação consiste no desígnio formado, pelo menos 24 (vinte e quatro) horas da prática da infração.

§ 3º. Dá-se reincidência quando a infração é cometida antes de decorrido 1 (um) ano do término do cumprimento da pena imposta por infração anterior.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Art. 215. Prescreverão, na esfera administrativa, contidos da data da infração:

- I. Em 5 (cinco) anos, a falta sujeita à pena de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de função;
- II. E, 120 (cento e vinte) dias, as faltas sujeitas a repreensão, multa, suspensão ou advertência.

TITULO VIII DO PROCESSO DISCIPLINAR

CAPITULO I DO PROCESSO

Art. 216. A autoridade que tiver ciência de qualquer irregularidade no serviço público é obrigada a denunciá-la ou promover-lhe a apuração imediata, por meios sumários ou mediante processo administrativo, assegurada, em ambos os casos, ampla defesa ao indivíduo.

Parágrafo único. A apuração será feita através de processo quando a falta for punível com pena de suspensão por mais de 15 (quinze) dias, destituição de função, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Art. 217. São competentes para a instalação do processo administrativo os chefes de órgãos diretamente subordinados ao Prefeito.

Art. 218. O Prefeito designará uma comissão composta de 3 (três) membros, sendo que pelo menos 2 (dois) deles, funcionários estáveis e que não estejam, na ocasião, ocupando cargo ou exercendo funções exoneráveis "adnutum".

Parágrafo único. Ao designar a comissão indicará dentre seus membros o respectivo presidente.

Art. 219. O prazo para a conclusão do processo administrativo será de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, mediante autorização de quem tenha determinado a instalação do processo.

Art. 220. A comissão poderá realizar investigação sumaria ou sindicância, promover levantamentos ou quaisquer outros atos que possam elucidar o fato, guardando o sigilo, sempre que necessário.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

§ 1º. Dentro de 72 (setenta e duas) horas do início do processo a comissão transmitirá ao acusado cópia do termo, citando para todos os atos do processo, sob pena de revelia.

§ 2º. Achando-se o indiciado em lugar incerto ou não sabido, será citado por edital, com prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação, publicando na Imprensa Oficial ou/e jornal de circulação mais próximo.

§ 3º. Feita a citação, dar-se-á ao acusado como defensor, até que ele compareça, um funcionário municipal estável e que não esteja, na ocasião, ocupando cargo comissionado.

Art. 221. Na data da citação ao da abertura de visto ao defensor dativo correrá o prazo de 10 (dez) dias para a defesa prévia, na qual o acusado poderá contrariar a acusação, requerer meios de provas e apreciar os elementos coligidos na fase preliminar da sindicância ou investigação.

Parágrafo único. O acusado terá direito de acompanhar por si ou seu procurador, todos os termos e atos do processo e produzir as provas de Direito permitidos, em prol de sua defesa, podendo a comissão indeferir juntada dos inúteis em relação ao objeto do processo, ou as inspirados em propósito manifestadamente protelatório, bem como no caso da redação do Art. 75 deste Estatuto.

Art. 222. A comissão poderá citar o acusado para prestar declaração, se ele não comparecer ou se recusar a prestá-la, ser-lhe-á aplicada a pena de confesso quanto à matéria de fato, desde que verossímeis e coerentes com as demais provas dos autos.

Art. 223. A perícia quando cabível, será feita por técnico escolhido pela comissão, o qual poderá ser assistido por outro, indicado pelo acusado e, havendo divergência, será indicado outro como desempatador.

Art.224. Os depoimentos serão tomados em audiência, por temo, na presença do indiciado ou de seu defensor.

Art. 225. Encerrada pela comissão a fase de apuração será concedido prazo de 5 (cinco) dias para o oferecimento de razões finais de defesa.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Parágrafo único. Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 10 (dez) dias.

Art. 226. Decorrido o prazo do artigo anterior, com ou sem as razões a Comissão lançará nos autos o seu relatório final e submeterá ao julgamento da autoridade competente.

Art. 227. Recebido o processo como relatório final, a autoridade competente proferirá o julgamento no prazo de 20 (vinte) dias, salvo se baixar ou autos em diligência, quando se renovar o prazo para conclusão desta.

Parágrafo único. Não decidido o processo no prazo deste artigo, o indiciado reassumirá automaticamente o exercício do cargo e aguardará o julgamento.

Art. 228. A autoridade a quem for remetido o processo, proporá, a quem de direito, no prazo de 20 (vinte) dias, as sanções e providências que excede sem as de sua alçada.

Art. 229. Quando a irregularidade objeto do inquérito ou processo administrativo constitui crime, o Prefeito comunicará o fato à autoridade judiciária ou policial para os devidos fins e, concluído o processo administrativo, remeterá cópias dos autos à autoridade competente, arquivando o original na Prefeitura.

Art. 230. O funcionário só poderá ser exonerado, a pedido, após a conclusão do processo disciplinar a que responder, reconhecida sua inocência.

Art. 231. O defensor do indiciado poderá intervir em qualquer fase do processo.

Art. 232. A comissão, sempre que necessário, dedicará tempo integral ao processo, ficando seus membros dispensados do serviço da repartição, durante curso das diligências e elaboração do relatório.

Art. 233. Da decisão final são admitidos os recursos previstos neste Estatuto.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

CAPITULO II DA PRISÃO ADMINISTRATIVA

Art. 234. Cabe ao Prefeito ordenar, fundamentadamente e por escrito, a prisão administrativa de qualquer responsável por dinheiros e valores pertencentes à Fazenda Municipal ou que se acharem sob a guarda desta, nos casos de alcance, remissão ou omissão em efetuar as entradas no devido prazo.

§ 1º. O Prefeito comunicará o fato, imediatamente, à autoridade judicial e providenciará no sentido de ser realizado, com urgência, o processo de tomada de contas.

§ 2º. A prisão administrativa não excederá de 90 (noventa) dias.

CAPITULO III DA SUPSENSÃO PREVENTIVA

Art. 235. O Prefeito poderá determinar a suspensão preventiva do funcionário até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual prazo, se fundamentadamente houver necessidade de seu afastamento para a apuração de falta a ele imputada.

§ 1º. Findo do prazo de que trata este artigo, cessarão os efeitos da suspensão, ainda que o processo não esteja concluído.

§ 2º. No caso de alcance ou malversação de dinheiro público, o afastamento se prolongará até a decisão final do processo administrativo.

Art. 236. O funcionário terá direito:

I. À contagem de tempo, relativo ao período em que tenha estado preso administrativamente ou suspenso preventivamente, quando do processo não resultar pena disciplinar ou quando esta se limitar a repreensão;

II. À contagem do período do afastamento que exceder o prazo da suspensão disciplinar aplicada;

III. À contagem do período de prisão administrativa ou suspensão preventiva e ao pagamento do vencimento, quando não for provado sua responsabilidade.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

CAPITULO IV DA REVISÃO

Art. 237. A qualquer tempo poderá ser requerida a revisão do processo administrativo de que resultou pena disciplinar, quando se aduzirem fatos ou circunstâncias susceptíveis de demonstrar a inocência do funcionário.

§ 1º. A revisão só poderá ser requerida pelo funcionário punido.

§ 2º. Tratando-se de funcionário falecido ou declarado ausente, a revisão poderá ser requerida por ascendente, descendente, cônjuge ou irmão.

Art. 238. Correrá o processo de revisão em apenso aos autos do processo originário.

Art. 239. Na inicial, o requerente poderá solicitar designação de dia e hora para a inquirição das testemunhas que arrolar.

§ 1º. Concluída a revisão, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, será o processo, com o respectivo relatório encaminhado à autoridade competente para julgá-lo.

§ 2º. A autoridade competente para decidir, fá-lo-á em 20 (vinte) dias, salvo se baixar o processo em diligência, quando se renovará o prazo após a conclusão deste.

Art. 240. O processo de revisão será realizado por comissão, nos termos do Capítulo I deste título, composta por membros que não tenham participado do processo original.

Art. 241. Julgado procedente a revisão, será tornada sem efeito a penalidade imposta, restabelecendo-se todos os direitos por ele atingidos.

TITULO IX CAPITULO ÚNICO DISPOSIÇÕES FINAIS



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Art. 242. Os prazos previstos neste Estatuto serão todos contados por dias corridos, salvo as exceções previstas em lei.

§ 1º. Salvo disposição em contrário, computam-se os prazos, excluindo o dia começo e incluindo o do vencimento, nos termos do Art. 125 (cento e vinte e cinco) do Código Civil.

§ 2º. Se este cair em feriado, sábado, domingo ou ponto facultativo, considerar-se-á prorrogado o prazo até o seguinte dia útil.

§ 3º. Meado considera-se, em qualquer mês, o seu 15º (décimo quinto) dia.

§ 4º. Considera-se mês o período sucessivo de 30 (trinta) dias completos.

Art. 243. Nenhum funcionário poderá ser transferido, de ofício, no período de 180 (cento e oitenta) dias anteriores e 90 (noventa) dias posteriores às eleições, nos termos do artigo 108 da Constituição do Estado.

Art. 244. É vedada a transferência ou remoção, de ofício, de funcionário investido em cargo eletivo, desde a expedição do diploma até o término do mandato.

Art. 245. Serão obrigatoriamente exonerados os ocupantes não estáveis de cargos, para cujo provimento for realizado concurso.

Parágrafo único. As exonerações serão efetivadas dentro de 30 (trinta) dias após a homologação do concurso.

Art. 246. Consideram-se pertencentes à família do funcionário, além do cônjuge ou filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem de seu assentamento individual.

Art. 247. É vedado exigir atestado de ideologia como condição de posse do exercício em cargo ou função.

Art. 248. Os funcionários públicos municipais não poderão ser colocados com ônus para o município à disposição de outras Unidades da Federação, nem do Estado, nem de Entidade de Administração indireta, salvo para prestação de serviços decorrentes de convênios.



Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, MG

Art. 249. O Regime Jurídico, estabelecido neste Estatuto, não extingue direitos e vantagens já concedidos por leis em vigor anteriores à sua publicação.

Art. 250. O presente Estatuto se aplica aos funcionários da Câmara Municipal, cabendo ao Presidente desta, as atribuições reservadas nesta lei ao Prefeito quando for o caso.

Art. 251. O Prefeito Municipal baixará, por decreto, os regulamentos necessários à execução da presente lei.

Art. 252. O dia 28 de outubro será consagrado ao Funcionário Público Municipal.

Art. 253. Nos casos omissos neste Estatuto serão aplicados, subordinadamente, as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais.

Art. 254. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução desta Lei pertencer, que cumpram ou façam cumprir tão inteiramente como nela contém.

Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, 14 de novembro de 1986.

ONOFRE GERALDO DOS REIS
Prefeito Municipal